

O ADOECIMENTO PSÍQUICO DO AGENTE PENITENCIÁRIO E O SISTEMA PRISIONAL: Estudo de caso - Sete Lagoas

Autoria: Juliana de Carvalho Campos, Rosânia Rodrigues de Sousa

Resumo:

Este estudo analisou a relação entre o sistema prisional e o adoecimento psíquico do agente penitenciário. Através de um estudo de caso, realizado com dezessete agentes penitenciários do Presídio de Sete Lagoas, Minas Gerais, A partir do referencial teórico de Dejours, Foucault e Goffman procurou-se analisar a questão do trabalho, subjetividade, mortificação do eu dos agentes penitenciários, bem como, a relação destes com o adoecimento. O estudo possibilitou verificar que o trabalho é fundamental e fundante para a autorealização do sujeito. Pode-se perceber, através da pesquisa que estresse, desgaste, não reconhecimento, desconhecimento, confusão: todos estes são fatores que afetam nossa subjetividade, e, conseqüentemente, podem nos levar ao adoecer.

O trabalho possibilitou identificar que o agente penitenciário ainda tem sua identidade associada à do antigo carcereiro, marcada por agruras e covardias e oscilando entre uma imagem de carrasco e redentor – um dos paradoxos desta função. Paradoxo este que traz implícito a omissão do Estado ao atribuir ao agente a responsabilidade de estabelecer a conduta adequada a cada momento. Ainda refletindo sobre este paradoxo, o agente se apresenta sob e diante da relação de poder, massificado duplamente, enquanto gestor e trabalhador. Outras contradições/paradoxos dessa categoria estão presentes em outras situações cheias de paradoxos, tais como: se sentirem desvalorizados x trabalho como sinônimo de utilidade pública; desgaste físico e mental x licenças e faltas atribuídas à falta de compromisso; trabalham com pessoas que não são confiáveis x identificarem se como ‘desacreditáveis’; dizer que o trabalho não influencia a vida pessoal x escolher lugares, companhias.

Percebeu-se também a partir dos dados levantados na pesquisa o pouco reconhecimento da função do agente penitenciário pelo Estado e pela sociedade, o que contribui bastante para que os profissionais desta área não se sintam valorizados.

O adoecimento também pode surgir da dificuldade que o agente, às vezes, encontra em separar sua posição diante de atitudes dos detentos que possam fazerem-se sentir mortificados, humilhados e desafiados. Diante de situações como esta, verificamos que o agente penitenciário dispende muita energia ao tentar se equilibrar entre os dois mundos em que vive – intra e extra-muros ; e ainda, enquanto aquele que obedece as ordens e ao mesmo tempo as impõe.

Verifica-se que o agente penitenciário é submetido durante todo o tempo a efeitos dessocializadores, visto que são obrigados a uma outra socialização devido a sua escolha profissional. Assim podemos identificar uma série de transtornos a que são acometidos por esta prisionalização, como os sentimentos de inferioridade, empobrecimento psíquico, regressão, infantilização, perda de identidade, assim como comprometer sua concepção sobre cidadania.

Daí a importância de considerar os aspectos ligados ao trabalho e a influência destes na subjetividade podendo levar ao adoecimento.

Palavras-chave: agente penitenciário; sistema prisional; adoecimento; trabalho.

Introdução

A Segurança pública tem se tornado um tema de grande interesse não só para os políticos, mas para toda população. Os desafios propostos para as políticas públicas neste campo são enormes e variados. Este tema tem sido discutido amplamente pelo Estado e pelos órgãos ligados à Segurança Pública.

Porém, raras vezes, escutamos algo sobre aqueles que de algum modo resistem e lutam para garantir um mínimo de segurança. Os agentes penitenciários – profissionais responsáveis pela guarda de presos e que embora tenham atribuições próximas à atividade policial, não possuem o mesmo status. Segundo estes profissionais todos só olham o lado do preso. Ninguém se refere a eles, fazendo-os se sentirem tão excluídos quanto aqueles a quem devem “guardar”. A luta para que a proposta de emenda constitucional de número 308 (PEC 308) seja aprovada é uma tentativa de serem reconhecidos não só em seus direitos trabalhistas, mas também enquanto uma categoria profissional importante e que não se sente valorizada.

Os policiais militares e civis antes de irem para a ativa passam por um curso de formação que varia de, no mínimo, quatro a nove meses. Isto para serem considerados aptos para lidar com a questão da segurança pública. Entretanto, os agentes penitenciários que vão lidar com o mesmo público que os policiais, só que agora em ambiente fechado e 24 horas por dia, no máximo, tem uma ou duas semanas de treinamento. A alegação é a exigência imediata de pessoal. Assim, o agente tem que aprender via sua própria disposição e apoio dos colegas. Porém, quando algo acontece, raramente não se deixa de culpá-los. Mas como ter um serviço de qualidade se não investimos e capacitamos?

O dia-a-dia no trabalho na unidade – Presídio de Sete Lagoas -, levou-nos a perceber que algo se mostrava implícito naquela categoria profissional, uma vez que o número expressivo de licenças, faltas e pedidos de dispensa, nos intrigou, fazendo surgir a idéia de estudar o adoecimento psíquico do agente penitenciário e o sistema prisional.

A população carcerária no Brasil já alcançou o número de 440 mil pessoas e o índice de 85% de reincidência no crime. Estes dados acentuam a falha do Estado em não cumprir efetivamente a Lei de Execução Penal (LEP) em reintegrar o condenado. Porém, é necessário mergulhar no mundo do sistema prisional para tentar entender alguns pontos, como a questão daqueles que tentam fazer, como podem este sistema ainda permanecer como está. Do ponto de vista destes profissionais, os detentos têm direitos e benefícios que, muitas vezes, nem os próprios agentes não têm em casa, o que é motivo, geralmente, de indignação. As queixas estão normalmente relacionadas às condições de trabalho, carga horária, remuneração, quadro de pessoal baixo, rotatividade, absenteísmo, cobranças, falta de preparo e treinamento, estrutura física inadequada, ameaças e restrições na vida pessoal, estresse, falta de acompanhamento psicológico ao funcionário são apenas alguns pontos.

Considerando que o equilíbrio emocional é fundamental para o bom desempenho em qualquer atividade, há de se preocupar quando, em função que exige grande controle e responsabilidade, encontramos um número marcante de funcionários com queixas constantes e diversas. De acordo com dados do setor de Recursos Humanos do Presídio de Sete Lagoas, de janeiro a agosto de 2009, o índice de absenteísmo variou de 3,63% a 11,81%.

Os agentes prisionais, geralmente, provêm das camadas mais baixas da sociedade, muitas das vezes não tem oportunidades de qualificação. Assim a não-escolha profissional e a obrigatoriedade de exercê-la ganham espaço, uma vez que o desemprego e a falta de acesso a serviços públicos de qualidade acabam por restringir suas opções de trabalho.

A falta de qualificação profissional é um fator a ser destacado. Apesar de várias secretarias já direcionarem esforços para a capacitação de seus funcionários, a necessidade de se manter a segurança acaba por orientar todo processo de formação, priorizando funções de

contenção, adestramento, vigilância e punição dos sentenciados, em prejuízo de uma formação multidisciplinar idealizada no projeto pedagógico original.

O trabalho do agente penitenciário envolve várias atividades que a população em geral desconhece, apesar de ser muito mais rigoroso do que se pensa. A ausência de conhecimento técnico específico para a função, deficiência nas condições materiais de trabalho, falta de pessoal diante da superlotação contribuem como motivação ao uso de comportamentos violentos dos agentes como mecanismo de defesa e autopreservação na busca de garantia de sua própria segurança e reconhecimento.

Assim, este trabalho tem como objetivo geral analisar a relação entre o trabalho do agente penitenciário, o sistema prisional e o adoecimento psíquico destes.

O sistema prisional brasileiro apresenta características diversas. Em alguns estados a custódia dos presos ainda é feita em carceragens policiais. No Estado de Minas Gerais, desde 2003 quando foi criada, a Secretaria de Estado de Defesa Social (SEDS) vêm assumindo esta função, para assim tentar seguir o que é previsto na Lei de Execução Penal (LEP). O código penal brasileiro é de 1984, assim como a LEP, sendo que os princípios ressocializadores preconizados por esta são o tratamento penal individualizado; a classificação; a assistência material, à saúde, jurídica, educacional e religiosa; o trabalho como direito e obrigação; e o regime disciplinar.

Apesar dos agentes não morarem na instituição passam um período longo neste local e também estão sujeitos a estarem fechados e formalmente administrados. Ficam impossibilitados de sair, estão do lado de dentro dos portões. Passam um grande período em companhia das mesmas pessoas e realizam atividades num mesmo espaço, rigorosamente estabelecidas em horários e sequências.

Dejours (apud Barros, 2009) diz que trabalho não é somente uma relação social ou socio-salarial. Implica em trabalhar. Não é somente os gestos, o saber-fazer, pensar, refletir, interpretar, (re)inventar. É algo que vai além das relações pré-estabelecidas e envolve o engajamento da personalidade.

Por mais que as prescrições sejam plenamente seguidas, existem situações inesperadas que exigem do trabalhador mais do que o prescrito para o trabalho. Existe o espaço em que o prescrito e o real não se encontram. É uma discrepância que se pode encontrar em qualquer nível do trabalho. Como nos diz Dejours (2004) “trabalhar é preencher a lacuna entre o prescrito e o real”. O sujeito que trabalha é que fará isto, não há como prever. Assim, ele acrescentará algo de seu (particular, singular, individual) as prescrições para poder atingir a completude da tarefa. Não é uma imperfeição no planejamento ou no projeto organizacional.

Porém esta distância encontrada pelo sujeito entre o que se deve fazer (trabalho prescrito) e o que se faz (trabalho real) muitas das vezes se apresenta a este como um fracasso. O mundo real resiste, confrontando o sujeito com o fracasso, fazendo surgir sentimentos de impotência, cólera, irritação, decepção ou esmorecimento. O real se manifesta trazendo algo da instância do afetivo: a resistência através da afetividade. Desta forma, o trabalho se mostra como uma relação primordial de sofrimento. Sofrimento que traz consigo a experiência da subjetividade. Ele não é apenas uma consequência do real, mas um trampolim que faz o sujeito querer ir além e superar a resistência, que o coloca em movimento para transformar e se engrandecer. O trabalho apresenta duas dimensões, como nos diz Barros (2009, p.143) “transformar a natureza e, ao mesmo tempo, autotransformar o ser que trabalha, por meio da relação com a cultura, a identificação com o grupo, da autorealização e de sentido de auto-estima”.

O trabalho envolve o corpo. Não só o corpo biológico, mas o corpo resultante da experiência mais íntima de si e da relação com o outro. Este processo implica a subjetividade, que é singular de cada um. A dissociação desta subjetividade traz o adoecimento. No processo de corporeização ou apropriação do mundo e dos objetos técnicos é que supõe que o sujeito

conceda ser habitado pelo trabalhar e suas implicações. Assim, percebemos que o trabalho não é apenas limitado ao tempo e espaço físico. Ele ultrapassa qualquer limite, mobilizando a personalidade por inteiro. É da alçada da subjetividade, não pertencendo ao mundo visível e inacessível à quantificação. É algo que exerce papel fundamental e fundante na constituição do sujeito.

A vida real ultrapassa qualquer espécie de normatização. Isto faz com que os sujeitos busquem formas de lidar com situações imprevistas e não ordenadas. Situações assim também não escapam da realidade do trabalho. Desta forma, força o sujeito a elaborar reações a estas situações que escapam ao prescrito, como aos procedimentos operacionais padrão (POP).

Deste modo, segundo a teoria psicossociológica do trabalho, trazida por Dejours (2004), o trabalhar é da ordem da invisibilidade. A inteligência no trabalho está relacionada à distância entre os procedimentos e as prescrições.

A relação existente entre subjetividade e trabalho, vai além da psicodinâmica, envolve a clínica, saúde e patologia. Desta forma, consideraremos a teoria psicanalítica do sujeito, pois de acordo com a psicanálise, o que se encontra no centro da subjetividade não é o trabalho, mas o sexual, o desejo. O corpo e a afetividade que são necessários para a transformação de si mesmo, para sua realização. Segundo Dejours (2004), sofrimento e pulsão poderiam ter um denominador comum no trabalho e no corpo. Pois, ele busca em Freud a definição de pulsão como *“a quantidade de exigência de trabalho imposta ao psiquismo devido as suas relações com o corpo”* (FREUD, 1915 apud Dejours, 2004).

Apesar dos agentes não morarem na instituição passam um período longo neste local e também estão sujeitos a estarem fechados e formalmente administrados. Ficam impossibilitados de sair, estão do lado de dentro dos portões. Passam um grande período em companhia das mesmas pessoas e realizam atividades num mesmo espaço, rigorosamente estabelecidas em horários e sequências.

Goffman (2007) também diz do amortecimento do eu que ocorre durante o tempo em que estão sujeitos a uma equipe dirigente que pode torná-lo alienado em sua capacidade de trabalho, o que também contribui para a formação do estigma. Por outro lado, enquanto responsáveis pelos detentos, os agentes podem se sentir mortificados, humilhados e desafiados quando o detento não reage corretamente.

Essa situação paradoxal para o agente também pode se tornar um fator provável de adoecimento caso ele não consiga separar bem sua posição em momentos diversos. A prisão é citada por Goffman (2007) e Silva (2009) como um exemplo clássico de instituição total. Sua característica *total* é percebida através das barreiras impostas às relações sociais com o mundo externo. Implicitamente, o Estado transfere ao agente a missão de selecionar a conduta adequada daquele momento, colocando-o como responsável da violência institucional. O agente precisa entender e apreender rapidamente a dinâmica da (con)vivência no mundo dos cativos para conseguir exercer o seu papel e manter a ordem.

A identidade profissional é uma forma de inserção no social. O trabalho faz parte da formação desta identidade e, conseqüentemente, se torna fundamental na vida do sujeito. Assim, qualquer ruptura que exista na ordem do trabalho, pode manifestar-se como fragilização da identidade e vulnerabilidade. Estes funcionários, semelhantemente aos detentos, passam por um processo especial de socialização (prisionalização), absorvendo um pouco da cultura geral do sistema (unidade prisional) que é relativizada por ainda manterem um pouco do contato extra-muros, porém não é suficiente pra abrandar os efeitos nocivos da prisão e quanto a perspectiva de saúde e de vida social, inclusive ao que Chies (apud Silveira, 2009 a) chama de efeitos dessocializadores. Entendemos por efeitos dessocializadores a fragmentação da identidade, dado que os agentes também são submetidos a uma outra socialização devido a sua escolha profissional. O agente acometido pela prisionalização passa a desenvolver uma série de transtornos de ordem psicológica, como sentimento de

inferioridade, perda da sua identidade, empobrecimento psíquico, regressão e infantilização, que acabam por interferir em suas escolhas e tomadas de decisão. Contudo, os agentes necessitam “pensar como o preso”, “trabalhar preso com o preso” e isto lhe demanda um enorme custo psíquico e identitário.

A prisionalização, num outro momento, torna os agentes passíveis de outro tipo de estigma decorrentes de psicopatologias do trabalho: insônia, nervosismo, depressão, estresse, paranóia, dependência química, burnout, dentre outros.

Um ponto que chama a atenção é que assim como os agentes apreendem as competências necessárias para desempenharem bem sua função é no cotidiano, na convivência direta com os detentos, este mesmo contato também proporciona ao detento um mínimo de conhecimento sobre a personalidade, temperamento, hábitos, etc. do agente. Este é um fator que implica sensivelmente no desgaste mental do agente, dado que ele é observado continuamente.

Caracterização do objeto de estudo: O Presídio de Sete Lagoas

Antes de começarmos a descrever o Presídio de Sete Lagoas, nosso objeto de estudo, consideramos relevante caracterizar a cidade onde ele se encontra e um pouco de sua economia.

Sete Lagoas é uma cidade da área central de Minas Gerais, há 68 km da capital, Belo Horizonte, mas que não faz parte da área metropolitana da grande BH. Sua população é de cerca de 250 mil habitantes. Sua economia gira em torno da fabricação do ferro-gusa e, recentemente, tem atraído grandes grupos empresariais, que movimentam o comércio local. A mão de obra encontrada é em grande oferta, mas não qualificada, o que faz os salários alternarem em torno do mínimo, mesmo no comércio.

O município faz parte da 14ª. RISP (Região Integrada de Segurança Pública) e em janeiro de 2007, inaugurou o primeiro presídio local, substituindo a cadeia pública que até então era administrada pela Polícia Civil e que se encontrava superlotada. A capacidade da unidade é para acolher 289 detentos, divididos em quatro alas, sendo três masculinas e uma feminina.

Em outubro de 2010, a população carcerária desta quase alcançou o número de 500 presos. Quanto ao quadro de pessoal, de início eram previstos 120 agentes. No entanto, apenas 90 foram contratados. Este número oscilou bastante durante estes poucos anos, sendo que em abril deste ano, 2010, a unidade contava com 76 agentes prisionais exercendo plenamente suas funções.

O quadro funcional dos agentes prisionais inicialmente era estimado para 120. No entanto, durante a maior parte do tempo, foi fechado em noventa, sendo que no mês de abril de 2010, se encontrava com apenas 76, divididos em quatro plantões. Menos de 20 agentes por plantão, para uma massa 20 vezes maior. Além da responsabilidade pela segurança prisional e de cada um que ali se encontra, seja detido ou a trabalho, ainda exerciam o atendimento ao público para cadastro de visitantes, recebimento de pertences, revistas em caminhões de entrega de mercadorias, escoltas de detentos para atendimentos de saúde e audiências, trânsito interno (admissão e liberação do detento, parlatório, atendimentos em geral, visitas, limpeza interna), e as revistas gerais nas alas e celas, conforme preconiza o POP. Isto contando os que se encontram em desvio de função, férias, licenças e faltas. O horário de trabalho da maioria é o plantão de 24 horas intercalado com folga de 72 horas. No entanto, há agentes que fazem a escala de 12 horas de trabalho por 36 de folga e aqueles que são chamados diaristas, trabalham 8 horas por dia com folgas semanais, preferencialmente aos finais de semana.

Apesar de ser considerada como presídio, a unidade de Sete Lagoas, atende tanto a presos provisórios que aguardam definição de sua situação pelo juiz (ou júri) quanto a presos

condenados. Desta forma, a rotatividade de detentos nos três anos iniciais de funcionamento foi muito grande, dado que o então juiz responsável pela vara de execução penal da comarca dava como progressão de regime a prisão domiciliar, visto que no município não havia os regimes semi-aberto e aberto. Porém, como a maioria dos detentos não conseguia cumprir a prisão domiciliar de forma correta, acabavam sendo novamente presos e custodiados na unidade. Ou então, por não serem julgados em tempo hábil acabavam saindo por excesso de prazo e retornavam após o deferimento da sentença ou em outro delito.

Em 2010, com a chegada de um novo juiz para a vara de execução penal da comarca, que não aceitou a atual situação, forçou-se a criação dos regimes semi-aberto e aberto. Com isto, a unidade prisional foi levada a adquirir as características de um complexo penitenciário, o que provocou uma nova forma de movimentação dos detentos. Em alguns casos, até extramuros, dado as parcerias de trabalho iniciadas.

Grande parte dos detentos que se encontram ou passaram pela unidade são da cidade de Sete Lagoas. Outros, de cidades vizinhas; outros, de passagem pelo município e apreendidos na cidade; e, outros, ainda, que foram transferidos para a unidade vindos de outras cidades. Muitos destes que não são da região, ao se encontrarem presos em Sete Lagoas, ‘forçam’ as famílias a se mudarem para o município como forma de ficar próximos dos familiares e facilitar a entrega de pertences e a visitação.

Assim como acontece com os detentos, a maioria dos agentes residem na cidade de Sete Lagoas ou nos municípios próximos. Desta forma, não é difícil se encontrarem pelas ruas da cidade, mesmo se levando em conta que a cidade não é tão pequena, mas típica de interior.

Como foi dito anteriormente, o nível salarial de Sete Lagoas gira em torno de um salário mínimo. Apesar das constantes reclamações quanto à faixa salarial, o agente ainda recebe três vezes mais que a média salarial do município. Contudo isto não significa que o salário seja adequado, mas produz um grande interesse pelo cargo na região.

METODOLOGIA DO ESTUDO:

A metodologia utilizada é o estudo de caso. Utilizamos como instrumentos de coleta de dados a entrevista semi-estruturada.

Foram realizadas 17 entrevistas semi-estruturadas com os agentes penitenciários. A escolha desses entrevistados se deu por acessibilidade. Embora os entrevistados tenham sido escolhidos por acessibilidade, tomou-se o cuidado de termos um grupo representativo de homens e mulheres. Tratando-se de um estudo qualitativo, apesar deste número representar 20% dos agentes, levou-se em conta a média de 80 agentes, durante estes anos iniciais de funcionamento do presídio. Consideramos que este foi um número suficiente como ponto de partida.

As entrevistas foram realizadas durante o horário de trabalho dos agentes, no salão de revista, considerado ‘área externa’ da unidade. Neste sentido, as entrevistas puderam ser gravadas, visto que foram autorizadas pelo diretor geral, com a condição de não ser permitido o uso de qualquer aparelho gravador na ‘área interna’. O roteiro da entrevista se encontra em anexo neste estudo.

Desta forma, a opção por esta estratégia de pesquisa foi devida a capacidade que o estudo de caso oferece para o tema escolhido. Isto é, um fenômeno contemporâneo, ligado a fenômeno social complexo, de abordagem qualitativa, utilizando-se de entrevistas.

No entanto, também foi fundamental a observação participante. Nesta análise consideramos a experiência de três anos desta pesquisadora neste ambiente profissional, que nos permite a fazer inferências sobre o tema abordado. Assim, muitas vezes, foi possível cruzar alguns dados coletados nas entrevistas com as observações feitas antes e durante a preparação deste trabalho.

Análise dos dados:

As entrevistas foram analisadas de acordo com categorias analíticas, definidas após a transcrição e leitura das mesmas. Estas categorias foram determinadas a partir da repetição de temas. O objetivo era tentar analisar dentro do sistema prisional e do trabalho do agente penitenciário fatores que poderiam influenciar no adoecimento psíquico destes.

As entrevistas foram gravadas em rádio-gravador, com a autorização prévia dos sujeitos. Esta técnica possibilitou-nos captar a estrutura discursiva do ‘vivido’ pelo sujeito no que é ou não expresso por ele.

Do total de entrevistas realizadas, 13 participantes eram pessoas do sexo masculino e 4 pessoas do sexo feminino. Este quadro foi assim delineado, levando em consideração a quantidade de pessoas de cada sexo que fazem parte do quadro funcional dos agentes. Doze dos dezessete entrevistados são casados, jovens, com média de 31 anos e tem o ensino médio completo, que é pré-requisito para exercer o cargo.

A análise das entrevistas se deu nas seguintes etapas:

1 – Análise Prévia: nesta fase foi feita a transcrição e leitura das entrevistas gravadas.

2 – Categorização e reorganização: procurou-se agrupar e organizar os dados obtidos nas entrevistas em categorias. Assim, ficou-se evidenciado quatro temas que tiveram grande repetição nas entrevistas:

- * Salário (4);
- * interesse pela área de segurança pública (5);
- * interesse pessoais (3);
- * oportunidade (4).

Chamamos de interesses pessoais, àqueles que tiveram um motivo específico definido. Já oportunidade, consideramos os motivos variados que surgiram nas respostas, como por exemplo: desemprego, estabilidade, viabilidade, dentre outros.

O tema do interesse pela área de segurança pública foi subdividido em cinco subitens:

- * Imagem/ representação do agente penitenciário;
- * Valorização da profissão;
- * Omissão do Estado;
- * Preconceito;
- * Importância e percepção do trabalho.

No entanto, salário, oportunidade e interesses pessoais foram agrupados numa única categoria.

3 – Interpretação: nesta fase foi feito o cruzamento de dados obtidos nas entrevistas com o referencial teórico utilizado neste estudo e as observações feitas durante o período anterior à realização das entrevistas. Interpretamos o conteúdo destas, buscando compreender a relação entre o adoecimento psíquico do agente penitenciário e o sistema prisional a partir da descrição do ‘vivido’ pelo entrevistado.

→ Interesse pela área de segurança pública

Todos, antes de se tornarem agentes penitenciários, exerciam funções que não exigiam maior escolaridade ou apenas o aprendizado técnico. São elas: motorista/carreteiro, esteticista, cabeleireiro, frentista, atendente de farmácia, agente de bordo, assessor parlamentar, técnico de enfermagem, almoxarife, instrutor de auto-escola, vendedor e cargo público. Apenas dois entrevistados já trabalhavam na área de segurança, mas privada. Este dado nos mostra a necessidade do Estado de possibilitar uma melhor qualificação a esses profissionais.

1. Imagem/ representação do agente penitenciário:

Imaginar-se como um agente penitenciário não havia passado pela cabeça de 12 dos entrevistados antes de escolherem este trabalho. Muitos tinham uma imagem do agente como o antigo carcereiro e carregavam certo incômodo com relação a profissão:

“Não. Nunca planejei, nem nunca imaginei fazendo este trabalho” (Entrevistado 6)

“Nunca. Antigamente eu tinha uma linha de raciocínio que mexer com preso era uma coisa mais perigosa. Depois vi que não tem nada de anormal.” (Entrevistado 8)

“Não, nunca me imaginei trabalhando num presídio, mas agora que trabalho vejo que é um trabalho normal” (Entrevistado 12)

A representação que os entrevistados têm da profissão não mudou muito após a inserção destes no sistema prisional. Apesar de conseguirem avaliar que é diferente da imagem que tinham antes de iniciar na profissão, os agentes ainda demonstram certo temor, seja através das falas em que percebem preconceito quanto à profissão, seja quando questionados à imaginar seus filhos nesta profissão. Dos 17 entrevistados, nove não imaginam o filho na mesma profissão e em muitas das vezes foram bem enfáticos na resposta:

“Nunca!” (Entrevistado 4)

“Jamais!” (Entrevistado 15)

“Não, não desejo que meu filho trabalhe com essa atividade não, pois é pouco reconhecido” (Entrevistado 12)

“Não!” (Entrevistados 5, 14, 16, 17)

2. Valorização da profissão:

Das 17 pessoas entrevistadas, 8 delas trabalham na unidade há mais de 3 anos; 3 deles, há mais de 2 anos; e 6 entrevistados, há pouco mais de 1 ano. Entretanto, apesar dos motivos pela escolha do trabalho serem variados e a imagem ou representação que fazem desta função, 16 dos 17 entrevistados disseram gostar do que fazem como podemos verificar através de algumas falas:

“Eu gosto do que eu faço. A área da segurança, a área que envolve a segurança no geral, assim, sempre...sempre me despertou um grande prazer.” (Entrevistado 1)

“Gosto de trabalhar, me identifiquei muito com a área, apesar do meu objetivo” (Entrevistado 2)

“Eu gosto. Eu gosto do serviço. Hoje, hoje mesmo, eu acho o serviço mais tranqüilo. No início, eu ficava um pouco apreensiva quanto às presas... ah,

isso é perigoso... o serviço era diferente pra mim, era desconhecido pra mim. Não conhecia ninguém que trabalhava no sistema” (Entrevistado 6)

Possivelmente estes profissionais até gostem do trabalho que desempenham, mas esta questão também pode estar ligada ao fato de que, ao assumirem o não-gostar, podem se ver diante da possibilidade de uma nova escolha profissional e até mesmo se defrontar com ‘uma certa falta de capacidade’ para tal, devido a formação profissional. Outro ponto que chama a atenção, diz respeito a não quererem para seus filhos a sua própria profissão.

3. Omissão do Estado:

Ao analisarmos as entrevistas realizadas percebemos que há uma grande insatisfação quanto à valorização da profissão e conseqüentemente de seus profissionais. Seja em função do preconceito, da falta de regularização da profissão ou ainda quanto à questão da maioria dos agentes serem funcionários contratados e não efetivos no serviço público nesta unidade. Isto repercutiu em falas ligadas à falta de capacitação e treinamento, profissionalização e à omissão do Estado, seja em reconhecer o funcionário como um profissional, capital humano, ser humano que assim como os presos também tem suas necessidades. Os agentes se comparam aos presos e não a outros profissionais da área de segurança, como as polícias, por exemplo -efeitos da prisionalização. A omissão do Estado em possibilitar melhores condições de trabalho ao agente penitenciário é um ponto a ser ressaltado. Embora exista questionamentos a respeito de melhores salários, foi citado pelos entrevistados a questão da formação, do acompanhamento psicossocial do profissional, principalmente ao colocarem o trabalho como desgastante físico e mentalmente.

“É, uma das sensações que eu acho hoje e que tenho no caso... o que eu sinto do sistema é um pouco de pena... é talvez o desprezo do sistema por parte do material humano que ele tem. Em relação a ministrar melhor os cursos, em relação a dar uma melhoria no trabalho” (Entrevistado 1)

A omissão do Estado também esteve ligada à falta de apoio não só quanto à regularização da profissão, mas também quanto à incapacidade deste de proporcionar um pouco de satisfação aos funcionários ao dar-lhes acompanhamento pessoal, psicológico, dado que outro ponto ressaltado pelos entrevistados foi o desgaste físico e mental da categoria.

“(...)Eu fiquei assim uns quatro dias afastado, pois eu tive estresse. Eu tive estresse. Minha pressão subiu. Eu tive que fazer exame de coração, pra ver. Aí o médico constatou que era o estresse. Então ele me deu mais alguns dias pra mim descansar e.. (...)Mas se eles tiverem um pingão de consciência, eles sabem... eles tiverem um pinguinho só de consciência, eles vão saber que o serviço da gente é puxado, ele é estressante... ah, é cansado, é peso? Não... ele trabalha com a cabeça, ele trabalha com o psicológico da gente. Onde eu vi que é uma das profissões mais... eu assisti uma reportagem uma vez... que é uma das profissões

mais... é...é...é... estressante era professor e agente penitenciário.” (Entrevistado 13)

4. Preconceito:

A desvalorização também é expressa através de falas ligadas ao preconceito percebido e sentido pelos agentes diante da sociedade:

“Eu percebo principalmente desvalorização e falta de conhecimento. Principalmente por parte até da população até da que... olha com maus olhos o agente penitenciário. Por parte até do Estado porque... principalmente o agente, ele é muito desvalorizado. Sempre o agente fica por último por parte do estado. Eles dá prioridade mais pro lado das polícias e a gente sempre fica pra trás.” (Entrevistado 3)

E ainda nas passagens:

“Parcialmente um certo preconceito, no sentido de que as pessoas nos olham com sentimento de repressão”. (Entrevistado 11)

“Em todos os momentos não, mas em alguns sim. Na maioria das vezes não sinto preconceito nenhum, mas em algumas situações que acontecem...” (Entrevistado 17)

Ou também ‘preconceito’ deles mesmos como podemos perceber na fala deste agente ao responder sobre a possibilidade de seu filho ter esta profissão:

“Não. De jeito nenhum! Porque... ainda se for um agente honesto... fino! Trabalha direitinho! Tudo bem! Mas... todo pai imagina pro filho uma coisa melhor. Todo pai. Um pai é carreteiro, ele imagina o filho dele um advogado, um médico, uma coisa assim. E faz tudo para o filho dele ter um bom sustento”. (Entrevistado 13)

Talvez por isso não desejem para seus filhos um trabalho onde não são valorizados e sim, estigmatizados.

5. Importância e percepção do trabalho:

Situações como estas da falta de reconhecimento profissional demonstram como a invisibilidade do trabalho influencia na subjetividade da pessoa, a ponto dela se dissociar. A valorização no e do trabalho é um ponto fundamental para o desenvolvimento individual e social. Deste modo, trabalho apenas pelo salário, emprego, troca comercial, é um item importante de ser considerado. Nem sempre um bom salário está ligado a um reconhecimento. Trabalho é fonte de identidade, uma vez que, de forma geral, ele serve para dar uma imagem de nós mesmos, bem como é ele que nos oferece uma posição e ‘status’ reconhecidos

socialmente. Caso isto não fosse tão relevante não seria preciso destacar que muitos vêm no trabalho a oportunidade de ser útil, como podemos perceber nas seguintes falas:

“E eu sinto a sensação de estar prestando um serviço pra sociedade, pra onde que eu moro e eu fico tranqüilo em saber que... né... tô cooperando.”
(Entrevistado 2)

“Sim, gosto do que eu faço. Sinto gratificante por estar, de alguma forma, ajudando a sociedade. Sentimentos de ser útil, estar fazendo algo... diferente” (Entrevistado 12)

Gostar do que faz também apareceu ligado à questão de ser útil a sociedade:

“Eu acho que devia olhar assim: aquela pessoa... oh, ela tem queda... a satisfação de quando a pessoa faz o que gosta, ela faz aquilo direito e ela é boa naquilo” (Entrevistado 13)

“É bom, uma sensação gostosa... como se tivesse... não... deixa... uma sensação boa. Eu gosto do que eu faço e na hora que estou fazendo, procuro fazer certo pra dar prazer no quê que a gente ta fazendo”.(Entrevistado 16)

Porém o adoecimento nem sempre é percebido como decorrente de situações como a insatisfação com o trabalho, ou o trabalho como dever a ser cumprido para se ter o salário. Apesar de muitos agentes perceberem o desgaste físico e emocional que a profissão acarreta e cobrarem do Estado um melhor acompanhamento, foi significativo a atribuição das licenças e faltas ao descomprometimento.

“Percebo... risos... percebo bastante. Falta de compromisso.” (Entrevistado 2)

“Com certeza. Não só aqui, mas na maioria das empresas, o índice de abstinência é muito grande, né... Acomodação, falta de compromisso... ou às vezes até necessidade, né?” (Entrevistado 7)

“sim. Falta de compromisso”. (Entrevistado 10)

A percepção do trabalho como estressante, agitado, corrido, perigoso, que causa certo nervosismo, foi um ponto de contradição entre as pessoas entrevistadas. Algumas consideram o trabalho tranqüilo, outras já consideram alguns postos de serviço como menos estressante. Mas, nem por isso, tranqüilos. Não podemos nos esquecer que embora seja um trabalho onde se aceitam mulheres, esse tipo de trabalho ainda pode ser considerado masculino. Assim, a questão da virilidade, está presente. Outro ponto, que pode estar presente, diz respeito à questão das estratégias de defesa dessa categoria. Ao admitirem que o trabalho é perigoso,

como fazer para enfrentá-lo? Entretanto, a maioria encontrou uma grande dificuldade ao serem pedidos a descrever o trabalho, as ações realizadas durante o dia. Mesmo se considerarmos que os homens são mais práticos que as mulheres, podemos ainda perceber que neste item, a maioria deles recorreu a termos relacionados à afetividade para descreverem o trabalho. Sensações como: ansiedade, medo, tranquilidade, adrenalina, atenção, nervosismo, estresse, agitação, cansativo, dentre outros são alguns destes termos. Ainda quanto à descrição do dia de trabalho, podemos notar que apenas sete entrevistados falaram, rapidamente, do trabalho prescrito, ao citar algumas atribuições do cargo.

“É escotar preso. A gente escolta preso pra outra unidade, pra outra cidade, pro médico, pro fórum... então minha função aqui é só essa, é escotar preso”. (Entrevistado 3)

“Receber preso. Admitir preso... todo o serviço burocrático da segurança a gente faz. Às vezes tem que descer na ala”. (Entrevistado 4)

“Zelar pela segurança da unidade e dos presos. Dia começa pela contagem dos presos; é atendimento, secretarias, conferências, escoltas e guarda dos presos”. (Entrevistado 7)

→ Salário – Oportunidade – Interesses pessoais:

A importância do significado do trabalho na vida das pessoas, segundo a abordagem psicossociológica aqui utilizada, ressalta o caráter fundante deste para o sujeito. Chamou-nos a atenção a questão da escolha profissional direcionada pelo fator salário ou oportunidade.

“Por causa do salário” (Entrevistado 4)

“Na ocasião eu estava desempregado. Aí surgiu a oportunidade de estar recrutando os agentes para a inauguração do presídio aqui – era a primeira turma – e aí aconteceu, por acaso”. (Entrevistado 5)

“A princípio por causa do salário. Depois eu comecei a gostar”. (Entrevistado 6)

“Porque pintou oportunidade”. (Entrevistado 9)

“Salário. Só”. (Entrevistado 14)

“Eu escolhi porque trabalhava em outra cidade. Pra mim ficava mais viável trabalhar aqui em Sete Lagoas”. (Entrevistado 15)

Os desdobramentos da existência do trabalho na vida de cada um dos entrevistados pode encontrar uma fissura que o impede de ter valor e, conseqüentemente, ser uma possibilidade para o início do adoecimento.

Apesar dos interesses pessoais terem sido considerados uma categoria específica, ressaltamos que os motivos apresentados pelos entrevistados para a escolha da profissão não trazem um sentido diferente do salário ou da oportunidade, apenas são mais específicos. Entretanto ao cruzarmos essas informações, verificamos que existe mais do trabalho real que do prescrito. Isto é, há o encontro entre o trabalho e o corpo, independente do motivo da escolha feita. Este fator ameniza a questão do adoecimento frente à identificação.

Conclusão:

As entrevistas confirmaram que o trabalho é algo importante e essencial para a autorealização. No entanto, não podemos confundir este ‘trabalho’ apenas como emprego ou relação de troca ou social. O próprio trabalho é uma atitude que requer o trabalho de ir frente às resistências de forma a se sentir satisfeito, realizado.

A subjetividade presente nesta relação apresenta efeitos concretos e reais e sua dissociação pode levar ao adoecimento.

Estresse, desgaste, não reconhecimento, desconhecimento, confusão: todos estes são fatores que afetam nossa subjetividade. Conseqüentemente, podem nos levar ao adoecer.

Percebeu-se que os agentes penitenciários se encontram perdidos diante do desconhecimento de suas posições e, conseqüentemente, confusos. Talvez efeitos da prisionalização, dado que ficam boa parte internos à instituição, na presença das mesmas pessoas; da mortificação do eu, visto que são obrigados a seguir os POP’s e a administração formal; ao ingressarem no sistema, mas ainda fazerem parte da vida extramuros.

Identificou-se que o agente penitenciário ainda tem sua identidade associada à do antigo carcereiro, marcada por agruras e covardias e oscilando entre uma imagem de carrasco e redentor – um dos paradoxos desta função. Paradoxo este que traz implícito a omissão do Estado ao atribuir ao agente a responsabilidade de estabelecer a conduta adequada a cada momento. Ainda refletindo sobre este paradoxo, o agente se apresenta sob e diante da relação de poder, massificado duplamente, enquanto gestor e trabalhador.

Percebe-se a partir dos dados levantados e das observações realizadas que o pouco reconhecimento da função do agente penitenciário pelo Estado e pela sociedade contribui bastante para que os profissionais desta área não se sintam valorizados. Ao contrário, parecem demonstrar estarem perdidos. A dificuldade em descrever o cotidiano profissional nos leva a esta reflexão. Assim como o paradoxo entre não serem reconhecidos e se sentirem bem quando se colocam como fazendo algo de útil à sociedade.

Das contradições presentes nesta situação cheia de paradoxos: se sentirem desvalorizados x trabalho como sinônimo de utilidade pública; desgaste físico e mental x licenças e faltas atribuídas à falta de compromisso; trabalham com pessoas que não são confiáveis x identificarem se como ‘desacreditáveis’; dizer que o trabalho não influencia a vida pessoal x escolher lugares, companhias.

O adoecimento também pode surgir da dificuldade que o agente, às vezes, encontra em separar sua posição diante de atitudes dos detentos que possam fazerem-se sentir mortificados, humilhados e desafiados. Diante de situações como esta, verificamos que o agente penitenciário dispende uma energia ao tentar se equilibrar entre os dois mundos em que vive – intra e extra-muros -; e ainda, enquanto obedecedor de ordens e impositor destas. Nesta situação fica exemplificado o que Foucault diz a respeito do poder existir se lhe é permitido. Caso o equilíbrio emocional do agente não estiver bom, isto propicia mais um fator dessocializador que contribue para o adoecimento, dado que desequilibra sua constituição identitária. Contudo, o agente penitenciário é submetido durante todo o tempo a efeitos

dessocializadores, visto que são obrigados a uma outra socialização devido a sua escolha profissional. Assim podemos identificar uma série de transtornos a que são acometidos por esta prisionalização, como os sentimentos de inferioridade, empobrecimento psíquico, regressão, infantilização, perda de identidade, assim como comprometer sua concepção sobre cidadania.

Ao considerarmos a identidade profissional como uma forma de inserção social fica subentendido que este é outro paradoxo que encontramos a respeito do agente penitenciário. Não são reconhecidos em sua função ao mesmo tempo em que se sentem úteis à sociedade.

Ao somarmos isto com outros fatores dessocializadores já citados ao longo do estudo, podemos perceber que o adoecimento psíquico dos agentes pode ter suas causas no trabalho e se apresentar através de uma série de transtornos físicos e psicológicos, por exemplo, como foi mostrado pelas falas do entrevistado 13.

A omissão do Estado e, conseqüentemente, da instituição frente a situações próprias do trabalho como agente penitenciário contribuem com o preconceito trazido e demonstrado pelos entrevistados. Este fator, somado aos demais expostos neste estudo, implica no adoecimento. A ausência de valorização e sentido do próprio trabalho contribue de forma essencial, já que como nos diz Dejours “*o trabalho é fundante e fundamental na vida do homem.. Faz parte de sua estrutura, de seu equilíbrio*”. Assim a subjetividade desta relação também pode ser reconhecida nas faltas e licenças. Porém, ao contrário do descompromisso associado a estas, pode-se relacionar o adoecimento aí presente aos efeitos desestruturantes da relação homem-trabalho.

Talvez com uma carreira melhor definida, planejada, as pessoas que se interessarem por esta área tenham maior disposição para enfrentar os desafios que esta profissão carrega. Talvez assim, a rotatividade e o absenteísmo tenham uma redução. Talvez o adoecimento não esteja presente pelos motivos aqui expostos.

Referências Bibliográficas:

BARROS, Vanessa Andrade de. O trabalho na contemporaneidade: delimitações em um mundo de exclusão. In.: NETO, F.K., OLIVEIRA, R.T., SILVA, R.O. (org). Subjetividade(s) e sociedade: contribuições da Psicologia. Belo Horizonte: CRP, 2009.

BARUS-MICHEL, J. ENRIQUEZ, E. LÉVY, A. (Orgs.) Vocabulaire de Psychosociologie Positions et références. Paris: Eres, 2004.

BODE de MORAES, Pedro Rodolfo. Punição encarceramento e construção de identidade profissional entre agentes penitenciários. São Paulo: IBCCRIM, 2005.

BRASIL. Constituição Federal. Brasília: Presidência da República, 1988.

DEJOURS, Christophe. Subjetividade, trabalho e ação. *Revista Produção*, v.14, n.3, p.27-34, set/dez 2004.

FONSECA, Tânia Mara Galli. Trabalho, gestão e subjetividade. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, v.55, n.1, p.2-11, 2003.

FORTES, Felipe. Comentário ao artigo “(In) Segurança”. Cuiabá, 2009. Disponível em <http://mail.terra.com.br/74.1tr/reademail.php?i d=5753&folder=Ind> em 08/01/2010 às 8:07hs.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 1987.

GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 2007.

LEAL, César Barros. *Prisão – Crepúsculo de uma era*. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.

LOPES, Rosalice. O cotidiano da violência: o trabalho do agente de segurança penitenciária nas instituições prisionais. *Revista de La Union Latinoamericana de Psicología*, 1988. Disponível em http://psi.colatina.org/Uno/psicologia_juridica.html em 14/01/2010 às 15:25.

MELO, Fabrício Gildino Pinheiro. A síndrome de Burnout no trabalho penitenciário: análise do sofrimento psíquico de uma equipe de segurança da penitenciária do Distrito Federal.

MENDES, Ana Magnólia (org). *Psicodinâmica do trabalho: teoria, método e pesquisas*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

SÁ, Alvino Augusto. *Criminologia Clínica e Psicologia Criminal*. São Paulo:2007.

SILVA, Jacira Maria da Costa. Adversidades no sistema penitenciário. Disponível em HTTP://www.conseg.gov.br/index.php?option=com_docman&Itemid=97 em 08/01/2010 às 9:54 hs.

SILVA, mazukyevicz Ramon. O papel do agente penitenciário na prevenção da violência. Disponível em HTTP://www.conseg.gov.br/index.php?option=com_docman&Itemid=97&limitstart=30.

SILVEIRA, Joslei Terezinha. “Se tirar o colete não dá pra saber quem é preso, quem é agente”: trabalho, identidade e prisionização. Disponível em <WWW.humanas.ufpr.br/evento/SociologiaPolitica>

SILVEIRA, Rafael Alcadipani da. *Michel Foucault: Poder e Análise das organizações*. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2005.

SELIGMANN – SILVA, Edith. *Desgaste mental no trabalho dominado*. São Paulo: Cortez, 1994.

SOUSA, Luís Alberto Bonfim. *Autonomia e profissionalização do sistema penitenciário brasileiro*. Disponível em HTTP://conseg.gov.br/index.php?option=com_docman&Itemid=978&limitstart=15.

SOUSA, Rosânia Rodrigues de. *Os processos de construção da identidade no trabalho do policial militar na atividade de policiamento ostensivo em Belo Horizonte*, 2001. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte.

YIN, Robert K.. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Trad. Daniel Grassi. 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.